



ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

NOTA TÉCNICA
Nº 29/2025

Central de Resíduos BR 040 e implantação do Parque Aterro



Edra da Silva Gonçalves; Raphaela Assis Ferreira

N 29.



DIRETORIA GERAL

Christian Aquino Cota

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Frederico Stefano de Oliveira Arrieiro

DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA

Marcelo Mendicino

SEÇÃO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS

Evana Rezende Batista

CAPA

Larissa Metzker

Gustavo Ziviani

Yasmin Schiess

Seção de Criação Visual

Superintendência de Comunicação Institucional

PESQUISA DE LEGISLAÇÃO

Divisão de Instrução e Pesquisa

AUTORIA

Edra da Silva Gonçalves

Consultora Legislativa de Meio Ambiente

Raphaela Assis Ferreira

*Consultora Legislativa de Administração, Orçamento
e Finanças Públicas*

CONTATO: divcol@cmbh.mg.gov.br

URL: www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes

Conforme a Deliberação da Mesa Diretora nº 7, de 2025, compete à Divisão de Consultoria Legislativa, entre outras atividades, elaborar textos técnicos, artigos, relatórios e outras peças informativas, bem como prestar assessoramento técnico às comissões, à Mesa Diretora e aos vereadores. Todos os Estudos e Notas Técnicas são produzidos em atendimento a solicitação de vereadora, de vereador, de comissão ou da Mesa Diretora.

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte ou da sua Divisão de Consultoria Legislativa.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

GONÇALVES, Edra da Silva; FERREIRA, Raphaela Assis. **Nota Técnica nº 29/2025**: Central de Resíduos BR 040 e implantação do Parque Aterro. Belo Horizonte: Divisão de Consultoria Legislativa/Câmara Municipal de Belo Horizonte, junho 2025. Disponível em: www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes. Acesso em: DD mmm. AAAA.



ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

NOTA TÉCNICA
Nº29/2025

Central de Resíduos BR 040 e implantação do Parque Aterro

Edra da Silva Gonçalves; Raphaela Assis Ferreira

N 29.

1. Dados da Audiência Pública

Requerimento de Comissão nº 1.907/2025

Finalidade da Audiência Pública: debater a implantação de novo parque urbano no antigo Aterro Sanitário de Belo Horizonte / Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS-BR040).

Comissão de Administração Pública e Segurança Pública

Autoria do requerimento: Vereador José Ferreira

Data, horário e local: 18/06/2025, às 13:30h, no Plenário Camil Caram

2. O antigo aterro e os projetos sustentáveis existentes

O antigo aterro sanitário de Belo Horizonte, localizado na região Noroeste, funcionou por mais de 30 anos como local de disposição final de resíduos sólidos. Segundo a prefeitura, desde 2007, o local não recebe mais o lixo de BH, sendo atualmente destinado para o aterro de Macaúbas/Sabará.


A área do aterro desativado faz parte da [Central de Tratamento de Resíduos Sólidos - CTRS-BR040](#) - onde permanece a destinação ambientalmente adequada de alguns resíduos e volumes e onde funcionam programas de reciclagem, de educação ambiental e de aproveitamento de biogás, contando com as seguintes estruturas, entre outras:

- Central de Aproveitamento Energético do Biogás;
- Estação de Reciclagem de Entulho;
- Unidade de Compostagem;
- Unidade de Recebimento de Pneus;
- Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes;
- Unidade de Educação Ambiental;
- Célula especial para resíduos de serviços de saúde.

A CTRS-BR040 ocupa uma área de aproximadamente 1 milhão de m², sendo que o espaço tomado com material aterrado é de 650 mil m². No local,

há cerca de 24 milhões m³ de resíduos aterrados. A altura do maciço de resíduos é de 65 metros, segundo as informações da PBH, no link acima.

3. Plano de manejo da CTRS-BR040

De acordo com o [Plano de Manejo da CTRS-BR040](#), esta central desenvolve atividades que permitem que a  mesma seja referenciada como um parque, uma vez que, desde a década de 90, ocorre o manejo das áreas verdes remanescentes de matas nativas e também o encerramento gradual das atividades da disposição final de resíduos.

Este plano de manejo informa que o encerramento das operações do aterro é apenas o marco inicial dos trabalhos de requalificação ambiental e a opção para outros usos a serem realizados na área é condicionada a diversos fatores, tais como o término da produção de biogás e a redução para níveis aceitáveis dos riscos de colapsos, ou seja, até que o maciço de resíduos atinja os padrões de segurança e de qualidade ambiental impostos pelas normativas vigentes.

Existem normas federais e estaduais que são aplicáveis ao licenciamento e ao encerramento de operações em aterros sanitários e ao tema dos resíduos, como as exemplificadas no tópico 7, assim como existem as normas municipais pertinentes à implantação e à gestão de parques, praças e outras áreas verdes protegidas, geridas pela Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica - FPMZB, entre outras relacionadas à proteção ambiental e à gestão de resíduos.

Com base na norma técnica da ABNT – NBR 13896 (1997), o referido plano de manejo demonstra que o monitoramento e o acompanhamento das deformações dos maciços de resíduos devem ser estendidos por um período de aproximadamente 20 anos, tendo em vista a continuidade da decomposição da fração orgânica ali presente. Tudo isso demanda um adequado monitoramento, planejamento e setorização para o uso correto e seguro das diversas áreas que compõem o aterro.

Com isso, a PBH, através da então Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano – SMAPU -, elaborou em 2016 um [Diagnóstico Urbanístico e Diretrizes para a implementação de parque urbano](#) no terreno da Central de 🖐️ Resíduos.

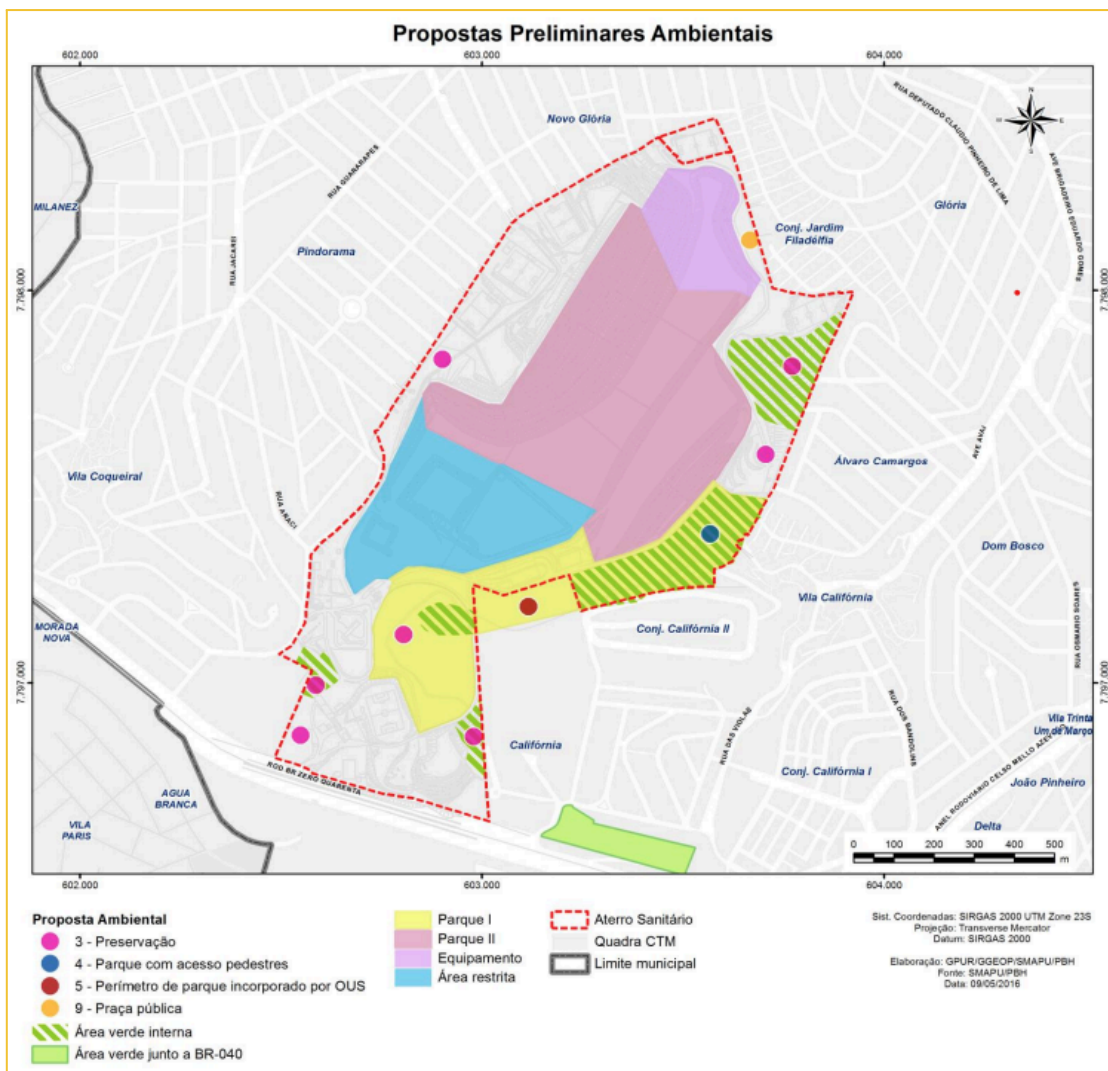
4. Planejamento do parque e importância para a população

O parque foi denominado *Parque Taiobeiras* no referido diagnóstico e este documento traz análises detalhadas do ponto de vista ambiental, urbanístico, social, da acessibilidade, entre outros aspectos considerados relevantes para a implantação do futuro parque, contando com uma série de informações, mapas e tabelas.

Destaca-se neste diagnóstico a demonstração de carência de áreas verdes, equipamentos e espaços adequados ao lazer infantil na região pesquisada. Quanto à percepção ambiental pesquisada nas comunidades do entorno, foi constatado à época a existência de conflitos pela convivência com o mau cheiro, presença de animais, poeira e tráfego de caminhões, bem como a expectativa dos moradores pela transformação da área em parque ecológico.

No documento foram sintetizados os principais desafios e sugeridas diversas diretrizes e encaminhamentos a serem adotados para a implantação gradual do parque, incluindo propostas preliminares do ponto de vista viário e ambiental. Dentre as diretrizes levantadas, destacam-se:

- resguardar flexibilidade para que o programa possa se adaptar à medida que a dinâmica urbana na região se modifique ao longo do processo de implantação;
- promover o devido cercamento, tratamento paisagístico e restringir a entrada nas áreas onde seja constatado grande perigo de contaminação;
- realizar educação ambiental e sanitária junto à população.



Fonte: PBH/SMAPU (2015/2016)

A recuperação e a ampliação de áreas verdes é essencial para a garantia de efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sadia qualidade de vida. As áreas verdes protegidas¹, como os parques, são fundamentais para a preservação ambiental e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Em centros urbanos, o território apresenta-se bastante impermeabilizado e existem regionais com maior carência de parques, como a Regional Noroeste. Um cenário comum nas capitais são os recursos naturais cada vez

¹ Acesse a Lei Municipal nº 10.879 referente ao Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte - SMAP-BH.

mais escassos e aumento do convívio das comunidades com a poluição ambiental, trazendo inúmeros impactos socioambientais negativos.

Um aterro sanitário é um empreendimento que demanda um controle ambiental rigoroso e os volumes e tipos de resíduos que são a ele destinados, são o retrato do modo de produção e consumo insustentável da vida urbana, em que a não geração, a redução e a reciclagem deveriam prevalecer.

O adequado encerramento de operações do aterro e o máximo aproveitamento das áreas para recuperação de área degradada, reflorestamento, instalação de equipamentos de espaços livres de uso público e desenvolvimento de projetos sustentáveis fazem parte da responsabilidade socioambiental imposta às instituições.

5. Concurso internacional e outras informações recentes

Conforme noticiado pela PBH em 2024, o Projeto Piloto para o Parque Aterro foi apresentado pela SLU no Congresso Mundial ICLEI 2024 - Governos Locais pela Sustentabilidade - e foi aprovado por esta rede, credenciando o projeto para a busca de financiadores internacionais. De acordo com a matéria publicada, o valor total da obra está orçado em mais de 9 milhões de euros².

Por meio do Requerimento de Comissão nº 1.318/2025, apresentado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana desta Casa, foi enviado pedido de informação à PBH a respeito do anúncio da criação do parque, destacando-se as seguintes informações extraídas da resposta do Executivo, publicada em 22/05/2025:

- o parque previsto ocupa 32 hectares e não de 80 hectares, ficando as demais áreas sob gestão da SLU;
- com a conclusão do Plano de Manejo foi possível delimitar a área para criação do parque e não há impedimento técnico ou ambiental para a criação do empreendimento;

² Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/projeto-parque-aterro-e-apresentado-em-congresso-mundial>. Acesso em 09/06/2025.

- a gleba foi subdividida em 3 subáreas, quais sejam: parque urbano (sob a gestão da FPMZB); parque fotovoltaico e parque de reciclagem (ambos sob a gestão da Superintendência de Limpeza Urbana - SLU);
- a PBH está buscando recursos financeiros de financiamentos junto a diversas instituições, para a elaboração de projetos e sua respectiva implantação;
- o cronograma e prazo de execução depende da elaboração do projeto;
- foram aprovados, junto ao Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA - os recursos (R\$2.500.000,00) para a premiação do Concurso Internacional para a escolha de Estudo Técnico Preliminar, seguida da contratação do desenvolvimento do projeto executivo para o parque urbano, no escopo do grande equipamento *Parque Aterro*;
- o anexo com o material de apresentação do projeto do parque e as estimativas de custos feita pela equipe de Planejamento Urbano da PBH durante a reunião do COMUSA (dez/2024), com destaque para as seguintes imagens:

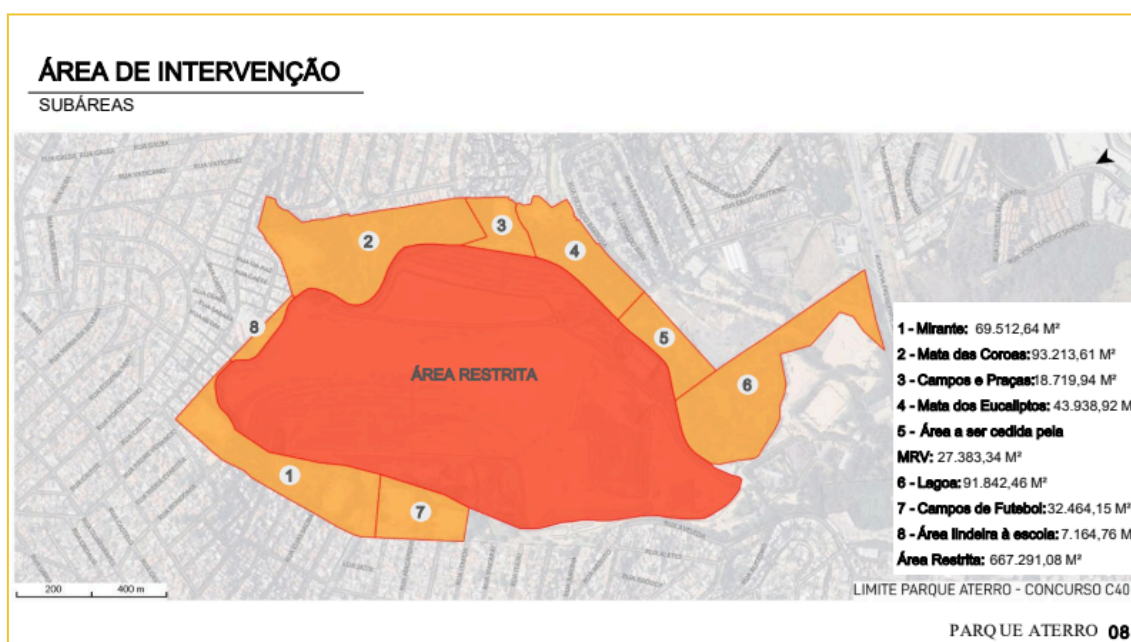
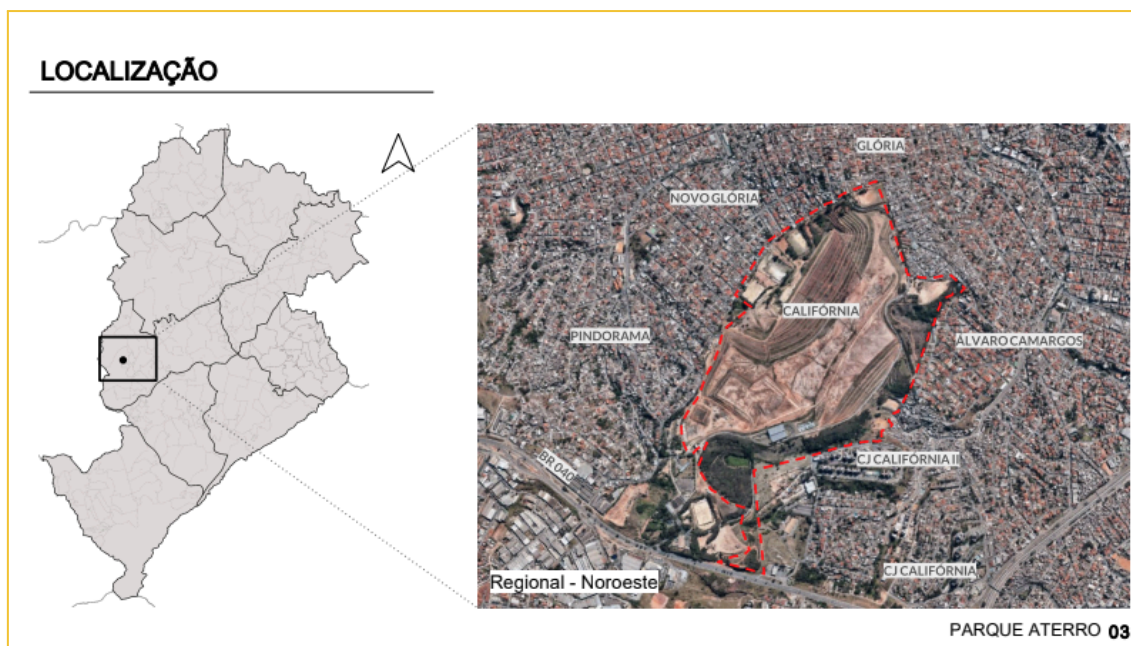
ATERRO SANITÁRIO CTRS -040

Como todo grande centro urbano, BH enfrenta desafios relacionados às elevadas emissões de gases efeito estufa (GEE) e às mudanças climáticas, o que motiva a apresentação do antigo Aterro Sanitário de Belo Horizonte - a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS) da BR-040 - como área objeto para o desenvolvimento de propostas para a implantação de um novo parque urbano: o **Parque Aterro**.

O local, que recebeu 23,9 milhões de toneladas de resíduos ao longo dos anos, continua emitindo gases de efeito estufa mesmo após sua desativação em 2007. A criação do parque visa **recuperar ambientalmente a área**, transformando-a em um **espaço de lazer e aumentando as áreas verdes**, além de ajudar na **mitigação das emissões de gases de efeito estufa**, contribuindo para a **redução do impacto ambiental**.



PARQUE ATERRO 02



São 8 subáreas para implantação em fases: Mirante, Campos de Futebol, Mata dos Eucaliptos, Área a ser cedida pela MRV, Campos e Praças, Lagoa, Mata dos Coroas e Área limdeira à escola Municipal Oswaldo Pierucetti. A área restrita, provavelmente, refere-se a local com risco à saúde ou impróprio para determinadas intervenções e usos.

6. Estimativa de custo

Cabe destacar que o Plano de Metas do Município de Belo Horizonte³, conforme previsto no art. 108-A da Lei Orgânica, constitui-se como um instrumento de planejamento e gestão que explicita os compromissos da administração municipal por meio da definição de ações estruturadas em áreas de resultados.

No âmbito da área de resultado Sustentabilidade Ambiental, o Plano de Metas 2025-2028 contempla a implantação e a operacionalização do Parque do Aterro, o que indica o compromisso da gestão com a requalificação ambiental da área ocupada pela CTRS BR 040 para os próximos anos.

Considerando essa diretriz, espera-se que o Plano Plurianual de Ação Governamental para os anos de 2026-2029 incorpore essa iniciativa a fim de garantir a execução do Plano de Manejo da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos BR 040.

De acordo com o anexo à resposta ao Requerimento de Comissão nº 1318/2025⁴, a estimativa de custos de obras e serviços para implementação do Parque do Aterro será de R\$40 milhões de reais ou de cerca de R\$52 milhões de reais (considerando o valor BDI de 30%), conforme se verifica na imagem abaixo.

³ Apresentação do Plano de Metas do Município 2025-2028, p. 27. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/2025/apresentacao-plano-de-metas-2025-2028.pdf>. Acesso em: 12/06/2025.

⁴ Requerimento de Comissão nº 1318/2025. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/requerimento-de-comissao/1318/2025>. Acesso em: 12/06/2025.

ESTIMATIVA DE CUSTO**OBRAS E SERVIÇOS**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO	UNIDADE	VALOR	VALOR BDI 30%
OBRAS E SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO					
EX01	SETOR MIRANTE	69512,64	m2	R\$ 7.392.066,90	R\$ 9.609.686,98
EX02	SETOR CAMPOS DE FUTEBOL	32464,15	m2	R\$ 3.452.281,20	R\$ 4.487.965,56
EX03	SETOR MATA EUCALIPITOS	43938,92	m2	R\$ 4.672.523,53	R\$ 6.074.280,60
EX04	SETOR MATA CONEXÃO	27383,34	m2	R\$ 2.911.980,88	R\$ 3.785.575,14
EX05	SETOR CAMPOS E PRAÇAS	18719,94	m2	R\$ 1.990.702,95	R\$ 2.587.913,83
EX06	SETOR LAGOA	91842,46	m2	R\$ 9.766.649,94	R\$ 12.696.644,93
EX07	SETOR MATA DOS COROAS	93213,61	m2	R\$ 9.912.459,11	R\$ 12.886.196,86
EX08	SETOR ÁREA LINDEIRA ESCOLA	7164,76	m2	R\$ 761.910,34	R\$ 990.483,44
VALOR TOTAL		384239,82	m2	R\$ 40.098.664,50	R\$ 52.128.263,90

Os valores aqui estimados são oriundos da estimativa de custo da proposta preliminar para a implementação do Parque Aterro do Setor Mirante. Esta estimativa observou os quantitativos deste estudo preliminar, a planilha de preços da SUDECAP e projetos de referência desenvolvidos pela prefeitura. O valor do m2 para execução deste setor foi utilizado para os demais setores, produzindo assim a estimativa de custo para o restante do parque.

O valor estimado de projeto executivo foi de 4% do valor da execução de obra. A porcentagem de 4% foi uma média observada entre diversos projetos executados na secretaria.

O orçamento deverá ser produzido junto com o desenvolvimento do projeto básico a partir dos quantitativos oriundos dos projetos de arquitetura e demais complementares.

PARQUE ATERRO **13**

Em relação à estimativa de custo do projeto executivo, com a inclusão de Levantamento Topográfico e demais estudos preliminares, o valor estimado para sua realização será de R\$1,6 milhão de reais ou de cerca de R\$2 milhões reais (considerando o valor BDI de 30%). Seguem, abaixo, os dados relacionados.

ESTIMATIVA DE CUSTO**PROJETO EXECUTIVO**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO	UNIDADE	VALOR	VALOR BDI 30%
PROJETO EXECUTIVO (com a inclusão do Levantamento Topográfico e demais estudos preliminares)					
PE01	SETOR MIRANTE	1,00	vb	R\$ 295.682,68	R\$ 384.387,48
PE02	SETOR CAMPOS DE FUTEBOL	1,00	vb	R\$ 138.091,25	R\$ 179.518,62
PE03	SETOR MATA EUCALIPITOS	1,00	vb	R\$ 186.900,94	R\$ 242.971,22
PE04	SETOR PARA CESSÃO - ÁREA MRV	1,00	vb	R\$ 116.479,24	R\$ 151.423,01
PE05	SETOR CAMPOS E PRAÇAS	1,00	vb	R\$ 79.628,12	R\$ 103.516,55
PE06	SETOR LAGOA	1,00	vb	R\$ 390.666,00	R\$ 507.865,80
PE07	SETOR MATA DOS COROAS	1,00	vb	R\$ 396.498,36	R\$ 515.447,87
PE08	SETOR ÁREA LINDEIRA ESCOLA	1,00	vb	R\$ 30.476,41	R\$ 39.619,34
VALOR TOTAL				R\$ 1.603.946,58	R\$ 2.085.130,56

Os valores aqui estimados são oriundos da estimativa de custo da proposta preliminar para a implementação do Parque Aterro do Setor Mirante. Esta estimativa observou os quantitativos deste estudo preliminar, a planilha de preços da SUDECAP e projetos de referência desenvolvidos pela prefeitura. O valor do m2 para execução deste setor foi utilizado para os demais setores, produzindo assim a estimativa de custo para o restante do parque.

O valor estimado de projeto executivo foi de 4% do valor da execução de obra. A porcentagem de 4% foi uma média observada entre diversos projetos executados na secretaria.

O orçamento deverá ser produzido junto com o desenvolvimento do projeto básico a partir dos quantitativos oriundos dos projetos de arquitetura e demais complementares.

PARQUE ATERRO **14**

A implementação do Parque Aterro configura-se como uma ação estratégica para a promoção da sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida, assim como os demais usos futuros que venham a propiciar a recuperação e a ampliação de áreas verdes e o desenvolvimento de práticas sustentáveis no terreno.

A inclusão dessa iniciativa no próximo ciclo do PPAG 2026-2029 é fundamental para viabilizar os investimentos estimados e assegurar a execução do Plano de Manejo da CTRS BR 040, em consonância com os compromissos assumidos no Plano de Metas 2025-2028 e com as normas de planejamento e gestão municipal.

7. Legislação Correlata

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL: art. 225
- ABNT NBR 13896, 1997. Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.
- LEI FEDERAL Nº 12.305/2011, que “Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.”
- LEI ESTADUAL Nº 18.031/2009, que “Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos.”
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 217/ 2017/Conselho Estadual de Política Ambiental - “Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locacionais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.”
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 244/2022 que “Dispõe sobre os critérios para implantação e operação de aterros sanitários em Minas Gerais e dá outras providências.”

- LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE: arts.152 a 156
- LEI Nº 4.253/1985, que “Institui a Política Ambiental do Município para a conservação e a recuperação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Belo Horizonte.”
- LEI Nº 10.534/2012, que “Dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Município, e dá outras providências.”
- DECRETO Nº 16.529/2016, que “institui a Política Municipal de Controle e Fiscalização das Fontes Poluidoras e determinou outras providências referentes à Política Ambiental do Município.”
- LEI Nº 10.879/2015, que “institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte - SMAP-BH”
- LEI Nº 11.181/2019 - PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE;
- Deliberações Normativas do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM: DN Nº 12/1992 - Implantação de parques - e DN Nº 73/2012 - Compensação ambiental no licenciamento ambiental;
- Portaria nº 0023/2013 - PBH/Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Fundação de Parques Municipais - normas de conduta e regras de utilização pública dos parques;
- DECRETO MUNICIPAL Nº 15.461/2014 - Programa Parceiros da Natureza;
- DECRETO MUNICIPAL Nº 18.268/2023 - Programa Adoro BH/Adoção de espaços públicos e áreas verdes.

Belo Horizonte, 13 de junho de 2025.

Edra da Silva Gonçalves
Consultora Legislativa de Meio
Ambiente
Divisão de Consultoria Legislativa
Diretoria do Processo Legislativo
Ramal 1383

Raphaela Assis Ferreira
Consultora Legislativa de
Administração, Orçamento e Finanças
Públicas
Seção de Consultoria em
Administração e Finanças Públicas
Divisão de Consultoria Legislativa
Diretoria do Processo Legislativo
Ramal 1363

8. Referências

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano / SMAPU. Diagnóstico urbanístico e diretrizes para implementação de parque urbano no terreno da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da BR-040. Belo Horizonte, 2016. Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/slu/2022/4.%20Anexo%20III%20-%20Plano%20de%20Manejo%20CTRS%20BR-040.pdf>. Acesso em 09/06/2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Governo. Resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.318/25. Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/requerimento-de-comissao/1318/2025>. Acesso em 05/06/2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Superintendência de Limpeza Urbana/SLU. Conteúdo sobre a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/slu/informacoes/coleta-seletiva/central-de-tratamento>. Acesso em 06/06/2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Superintendência de Limpeza Urbana/SLU. Plano de Manejo da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da BR-040. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/slu/2022/4.%20Anexo%20III%20-%20Plano%20de%20Manejo%20CTRS%20BR-040.pdf>. Acesso em 09/06/2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Avenida dos Andradas 3100 . Santa Efigênia . BH . MG
www.cmbh.mg.gov.br
31 3555.1100